ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº 002/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75 da Lei Federal 14.133/23

OBJETO: Aquisição de moveis planejados

Aos 14(Quatorze)dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, na sede da Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo, Estado da Paraiba, autuo os documentos que seguem. Eu, **JOÃO ALFREDO SILVA**, Agente de Contratação para os devidos atos administrativos licitatórios nos termos da **Lei Federal 14.133/2021**, objetivando os serviços descritos no preambulo desta peça técnica.

ADMINISTRAÇÃO: MARIA DO SOCORRO GOUVEIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 001

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

MEMORANDO SECADM Nº 002/2022

Do: Secretário Administrativo
Para: Exmª. Presidente da Câmara Municipal.

Assunto: Aquisição de moveis.

Excelentíssima Senhora Presidente.

Sirvo-me deste expediente para solicitar de Vossa Excelência dos bons préstimos no sentido de analisar em anexo o nosso Projeto de Básico para aquisições de moveis planejados, em atendimento a nossa demanda administrativa em conformidade com o Projeto Básico em anexo.

Sem mais para o momento e na certeza de poder contar com vossa devida apreciação, e consequentemente a devida aprovação, aproveitamos o ensejo para levantar votos de estima e mui elevada consideração.

Atenciosamente.

Camylla Pamella Mª Vicente da Silva

Camylla Pamella Maria Vicente da Silva
Assessora Especial

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 002
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

PROJETO BÁSICO: PRETENSÃO CONTRATUAL

Objeto:	Aquisição de Moveis Planejados		
Execução dos serviços	Compreende a compra de móveis planejados para as dependências desta Casa Legislativa.		
Dados adicionais	Os móveis deverão ser confeccionados em conformidade com as dependências do legislativo obedecendo cada setor independente.		
Detalhamento	O material a ser utilizado deverá ser de primeira qualidade devendo ser incorporado a Casa Legislativa		
Pretensão Prevista	**A presente pretensão contratual está prevista no Plano Anual de Contratações**		
Código PAC	**R$ ESTIMADO**	**Unid. Orç.**	**Ação**
CMC 004/22	60.000,00	**01.010**	**01031.0001.2001**
Elem. Despesa	**Cronograma de Execução**		**Legislação**
4490.52	12 meses		**14.133/2021**

Camylla Pamella Mª Vicente da Silva

Camylla Pamella Maria Vicente da Silva
Assessora Especial

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·
FLS. 003

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **AQUISIÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CADA AMBIENTE.**

2.0 JUSTIFICATIVA

2.1 - A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se pela necessidade da devida ação de proporcionar melhor comodidade funcional administrativa do poder legislativo. Proporcionando melhores acomodações para os trabalhos do dia a dia.

2.2. O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função dos serviços de utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades, sendo descritos os mesmos no decorrer das necessidades do dia a dia dos serviços do legislativo.

3.0 DOS SERVIÇOS/AQUISIÇÕES

3.1 As aquisições e serviços de montagem compreendem a confecção de móveis para adequar-se as necessidades administrativas do Poder Legislativo, enquadrando-se nas medidas de cada ambiente para dar melhor forma possível ser útil aos trabalhos do legislativo.

3.2 Quando for necessário durante a execução, a proponente poderá se dirigir ao locar quantas vezes necessário para a devida adequação dos móveis.

4.0 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1 Salienta-se que na referida contratação, será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos **Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006**, em conformidade com o que preconiza o **Art. 4º da Lei Federal 14.133/2021.**
4.2. A participação no certame, portanto, será aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2 Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4 Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos **Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21**.

6.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, as alterações serviços objeto a ser contratado que apresentarem defeitos e/ou imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4 Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6 Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7 Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos **Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21**.

7.0 DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de execução do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na **Lei Federal 14.133/21**, deste que cumprindo o tramite processual exigível na legislação vigente.

7.1.1 Do início, deverá ser dado início a constituição do objeto deste instrumento a contar da data da assinatura do instrumento contratual.

7.2. A vigência da presente contratação será determinada: No período continuado de 12 (doze) meses considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste.

8.0 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

8.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no **IPCA–IBGE** acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento, bem como as alterações pertinentes a dotações.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos **Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.**

9.0 DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos **Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21**; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

10.0 DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1 Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos **Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21**, respectivamente.

10.2 Salienta-se que a documentação relacionada nos **Arts. 66** a **69**, da **Lei 14.133/21**, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas

contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do **Art. 70**, do mesmo diploma legal.

FLS 006

11.0 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1 Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do **Art. 140, da Lei 14.133/21**.

12.0 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do **Art. 117, da Lei 14.133/21**, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no **Art. 155, da Lei 14.133/21** e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos **Arts. 156 a 163**, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a – Advertência; aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d – Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos II, III, IV, V, VI** e **VII** do **caput** do referido **Art. 155**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI** e **XII** do **caput** do referido **Art. 155**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII** do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **§ 4º** do referido **Art. 156**;

f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na **Lei 14.133/21**.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: **EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE** acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Cruz do Espírito Santo - PB, 14 de fevereiro de 2022.

Camylla Pamella M. Vicente da Silva

Camylla Pamella Maria Vicente da Silva
Assessora Especial

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO

FLS. 002

ANEXO I - Termo de Referencia (TR)
PROC.ADM. DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 001/2022
FUNDAMENTAÇÃO: LEI Nº 14.133/21

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT
1	Mesa em L com as seguintes especificações: Tampo superior em 30mm engrssurado, medido 1,50x1,20x0,40 com gaveteiro fixo, sendo duas gavetas simples e um divisoria para separar as duas mesas.	UNID	2
2	Armario com 02 portas de giro medindo 1,60x0,45x0,75 com 04 nichos e puxadores nas portas	UNID	6
3	Armario extra alto com 02 portas de giro medindo 1,60x0,80x0,45 em MDF 30mm espessurado com 03 prateleiras internas e puxadores nas portas.	UNID	1
4	Armario tipo nicho para parede com as seguintes caracteristicas medindo 1,40x0,40x0,30 com 02 divisorias	UNID	1
5	Bacanda de apoio com as seguintes epecificações medindo 2,40x0,70x0,80com tambo superior em MDF 30mm emgrossurado, sendo uma 01 divisoria na parte externa.	UNID	1
6	Mesa para controle dos armarios do setor com as seguintes caracteristicas medindo 1,40x0,70x0,71 contendo duas cavetas com chave em MDF	UNID	2
7	Bancadas em formato de modulo em as seguintes caratcteristicas em MDF 18mm medindo 2,65x1,20x0,40	UNID	9
8	Armario em MDF 18mm medindo 2,65x0,40x0,40 com portas e fechaduras individuais	UNID	1
9	Painel com as seguintes caracteristicas medindo 2,65x3,54de 40mm engrossurado	UNID	1
10	Nichos medindo 1,30x0,40x0,25 em MDF 15mm.	UNID	4
11	Bancada de apoio com as seguintes caracteristicas MDF 30mm engrossurada medindo 2,70x0,70x0,75 co 01 divisoria.	UNID	1
12	Mesa de reunião medindo 3,00x1,10 em MDF com 40mm engrossurado	UNID	1
13	Bnacada de apoio medindo 1,30x0,60.	UNID	1
14	Cadeiras longarinas de 03 lugares	UNID	12

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

MATRIZ DE RISCO: PRETENSÃO CONTRATUAL

OBJETO	Aquisição de Moveis Planejados		
Descrição	**Baixa**	**Média**	**Alta**
Probabilidade de execução		X	
Impacto pela não execução		X	
Consequência		X	
Gravidade		X	
Fiscalização de execução	Fiscal de Contrato		
Ação pelo descumprimento	Notificar o contratado para restabelecer os serviços sob pena da lei.		
Ação de restabelecimento Serviços	Buscar outros prestadores em caráter emergencial		

BASE DE CÁLCULO:
BAIXA: Menos 10%
MÉDIA: 11% a 50%
ALTA: Acima de 50%
Fund. Art. 6º XXVII e 22 da Lei 14.133/21

Camylla Pamella M. Vicente da Silva

Camylla Pamella Maria Vicente da Silva
Assessora Especial

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 009

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB

Criado pela Lei nº 257 de 01 Novembro de 1974

QUARTA-FEIRA, 02 DE FEVEREIRO DE 2022. ANO XLVII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PORTARIA GAPRE Nº 018/2022

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS PARA A FUNCIONALIDADE DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA **LEI FEDERAL Nº 14.133/2021** E DÁ OUTRAS PROVIDÊCIAS.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, e a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno do Parlamento Mirim, em atendimento ao que preconiza o **art. 8º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril do ano de 2021**.

RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGINAR** os Servidores Municipais: **JOÃO ALFREDO DA SILVA –** para a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, e os Servidores: , **JOSÉ FERREIRA CUNHA FILHO, PATRÍCIA VANESSA SANTIAGO DA SILVA,** para atuarem na condição de equipe de apoio.

Art. 2º- Nos casos em que for ser realizados os Pregões (**Presenciais e/ou Eletrônicos**) a Agente de Contratação designada acima, nos casos necessários, assumirá a função de **PREGOEIRO OFICIAL**, e a equipe de apoio poderá ser a mesma.

Art. 3º A Agente de Contratação e Equipe de Apoio, receberá apoio do Setor Jurídico da Casa Legislativa, podendo serem prestados também por assessorias, que venham a contribuir para a eficiência das atribuições da função e emissão de pareceres técnicos quando solicitados, em consonância com o **art. 8º §3º da Lei Federal 14.133/21.**

Art. 4º Esta portaria em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Presidenta da Casa Legislativa de Cruz do Espírito Santo – PB, em 02 de fevereiro de 2022

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
PRESIDENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 011
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

TERMO DE APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

Após análise dos procedimentos apresentados pela unidade solicitante no qual consta o projeto básico, bem como o respectivo termo de referência e a matriz de risco dos serviços pretensos.

Fica **AUTORIZADO,** ao Agente de Contratação em atendimento ao que dispõe o **Art. 72 Inciso VIII da Lei 14.133/2023** o andamento no tramite administrativo pertinente a; **Aquisição de moveis planejados.**

Devendo o procedimento atender aos ditames da Lei Federal supracitada para atender a demanda administrativa.

Cruz do Espirito Santo, em 15 de fevereiro de 2022

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
PRESIDENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 012
CPL - CNPJ

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 002/2022
Fundamentação: Lei Federal 14.133/21
Decreto Municipal: 016-A/2021

AUTUAÇÃO DE PROCESSO

Aos 15 (Quinze) dias do mês de fevereiro de 2022. Atua-se à abertura do **Processo Administrativo nº 002/2022**, recebendo o **nº 002/2022 para a Modalidade de Dispensa de Licitação**, a ser confirmada com o Parecer Jurídico a ser emitido sobre o caso em tela, dando a confirmação do objeto a ser pactuado, deve-se ser seguido os procedimentos administrativos de praxe emanados pela **Lei Federal nº 14.133/21**.

Dando continuidade ao ato, remeto os documentos à análise de Douta Assessoria Jurídica do Município, para que após minuciosa observância da minuta de Contrato e do ato convocatório e seus termos de referências, possa ser dado continuidade aos atos administrativos pertinentes.

Cruz do Espírito Santo, 15 de fevereiro de 2022.

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 013
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

Oficio Agente Cont. nº 002 Cruz do Espírito Santo, 17 de fevereiro de 2022

Do: Agente de Contratação
João Alfredo Silva
Ao: Setor Jurídico da Casa Legislativa
Assunto: Análise do Projeto Básico e Minuta do Contrato.

Senhor Assessor.

Seguindo os critérios prescritos pela Constituição Federal, bem como o pleno atendimento no que diz respeito à análise da documentação apresentada (termo de referência, justificativa, projeto básico e minuta do contrato), objetivando a **aquisição de moveis planejados para esta Casa Legislativa,** para que assim, após a emissão do parecer técnico, possa fazer parte integrante este processo.

Aguardando o pronto pronunciamento de Vossa Senhoria, para adotar as medidas necessárias aos trabalhos citados, aproveito a oportunidade para renovar-lhe os protestos de perfeita estima e mui distinta consideração.

Atenciosamente.

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · C.E.S.
MINUTA
FLS 014

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022
DISPENSA LICITAÇÃO N° 002/2022
Fundamentação: Lei Federal 14.133/21
Decreto Municipal: 016-A/2021

AVISO DE PRETENSÃO CONTRATUAL

A Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo, Estado da Paraíba, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público o interesse pretenso de contratação por dispensa de Licitação de empresa do ramo pertinente a aquisição de moveis planejados, nos termos abaixo descritos.

1.0 DO OBJETO DA CONTRAÇÃO

Tem o presente instrumento o objetivo de contratar empresa especializada no ramo comercial destinado a **Aquisição de moveis planejados**, no qual é pertinente ao atendimento da demanda surgida no dia a dia do parlamento mirim e as devidas acomodações nas dependências com a devida adequação para cada setor.

2.0 DAS PARTICIPAÇÕES DO PROCESSO DE DISPENSA

2.1 A participação dos interessados será mediante a apresentação da cotação de preços no formato descrito no anexo I deste instrumento convocatório. Estando os proponentes obrigados a atenderem as normativas deste instrumento como condição de legitimidade para contratação.

2.2 Os proponentes que deixarem de atender ao presente instrumento de contração, não lograram êxito mesmo que a cotação seja a mais baixa.

3.0 DA PARTICIPAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1 As empresas que tenham o interesse de participar, devem apresentar suas proposta comercial nos termos do **Anexo I** deste instrumento, podendo ser em papel timbrado próprio.

3.2 Será incluso na formulação das propostas os encargos e custos operacionais, bem como o proponente se encontra estritamente vinculada a mesma, podendo sofrer as sanções cabíveis no termo da legislação vigente pela não execução dos fornecimentos.

4.0 DA ABERTURA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS

4.1 A presente apresentação da proposta de preços será no dia: **XX/XX/2022** às **09H:30M**, devendo serem apresentados os envelopes lacrados.

4.2 O critério de julgamento será pelo menor preços ofertado, devendo a mesma está em consonância com o que dispõe este instrumento.

MINUTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·
FLS 015

4.3 A mesma deverá conter o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação, a ausência de especificações dos dias de validade das propostas, automaticamente será considerado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

4.4 Da desclassificação, a mesma ocorrerá pelo menor valor por item a ser transcrito no mapa de apuração.

5.0 DO FORNECIMENTO

5.1 Os fornecimentos podem serem conclusos de uma única vez ou parceladamente mediante as necessidades administrativas

5.2 As entregas serão feitas mediante solicitação do poder legislativo pelo setor competente, e recebida com a Nota Fiscal e documentação fiscal em anexo, nos termos da planilha em anexo do respectivo termo de referência.

6.0 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

6.1 Salienta-se que na referida contratação, será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos **Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006**, em conformidade com o que preconiza o **Art. 4º da Lei Federal 14.133/2021**, quando couber.

6.2. A participação no certame, portanto, será aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

7.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

7.2 Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

7.3 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

7.4 Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos **Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21**.

MINUTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·
FLS. 016

8.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

8.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, as alterações serviços objeto a ser contratado que apresentarem defeitos e/ou imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

8.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

8.4 Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

8.5 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

8.6 Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

8.7 Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos **Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21**.

9.0 DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de execução do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na **Lei Federal 14.133/21**, deste que cumprindo o tramite processual exigível na legislação vigente.

9.1.1 Do inicio, deverá ser dado inicio a constituição do objeto deste instrumento a contar da data da assinatura do instrumento contratual.

9.2. A vigência da presente contratação será determinada: No período continuado de 12 (doze) meses considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · C.E.S.
MINUTA
FLS. 017

10.0 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

10.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no **IPCA–IBGE** acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento, bem como as alterações pertinentes a dotações.

10.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos **Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.**

11.0 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos **Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21**; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · C.
MINUTA
FLS. 019

12.0 DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1 Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos **Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21**, respectivamente.

12.2 Salienta-se que a documentação relacionada nos **Arts. 66** a **69**, da **Lei 14.133/21**, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do **Art. 70**, do mesmo diploma legal.

13.0 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1 Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do **Art. 140, da Lei 14.133/21**.

14.0 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

14.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do **Art. 117, da Lei 14.133/21**, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

15.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no **Art. 155, da Lei 14.133/21** e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos **Arts. 156 a 163**, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a – Advertência; aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

MINUTA
FLS. 019
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·

c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d – Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos II, III, IV, V, VI** e **VII** do **caput** do referido **Art. 155**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI** e **XII** do **caput** do referido **Art. 155**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII** do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **§ 4º** do referido **Art. 156**;

f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na **Lei 14.133/21**.

15.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.0 DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

16.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: **EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE** acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MINUTA
FLS 020
CPL

17.0 DA ASSINATURA DO CONTRATO.

17.1 Após detectado a proposta ganhadora, será dado prazo de até 05 (cinco) dias para apresentação das certidões válidas para poder assinar o instrumento contratual.

17.2 A contratada deverá está apta para o fornecimento no prazo estabelecido no sub item acima.

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · C.M.C.E.S.
MINUTA
FLS. 021

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

CONTRATO Nº XXX/2022 (XXXXXXXXXXXXXXX), QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO.

A **Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo**, com sede á Praça dos Três Poderes, s/n. Centro, Cruz do Espirito Santo, inscrita no **CNPJ – 09.308.842/0001-80**, neste ato representada pela Presidente **MARIA DO SOCORRO GOUVEIA**, residente e domiciliado no sitio Massangana I, Zona Rural de Cruz do Espirito Santo doravante de nominada **CONTRATANTE**, e de outro a Empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço á XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, – Cidade de XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no **CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominado **CONTRATADA**, nas formas e condições abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Contratação de serviços compra/aquisição de moveis planejados para esta Casa Legislativa.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Os locais definidos no quadro constante do *caput* desta Cláusula poderão sofrer alteração de acordo com a conveniência da Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo, que comunicará previamente à **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Este instrumento decorre do **Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2022** com fundamentação no que dispõe o **art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Pela execução dos serviços, a Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo pagará **mensalmente** ao **CONTRATADO** o **valor mensal** de **R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX**), totalizando o valor global de **R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXX).**

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Já estão inclusos nos preços os tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, remuneração, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros

MINUTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·
FLS. 022

pertinentes ao objeto, seguro, lucro e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os mesmos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO

O Contrato poderá ser repactuado, visando à adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano, em conformidade com o que couber nos **arts. 124 a 136 da Lei Federal 14.133/2021**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Os reajustes serão efetuados com base em índices oficiais, qual seja o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**.

CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO DO PAGAMENTO

A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente vim detalhadamente os móveis a serem fornecidos bem como o proponente contratado deverá apresentar suas certidões de regularidade fiscal e tributária para o devido pagamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do gestor/fiscal do contrato, conforme disposição legal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O valor correspondente será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em favor da contratada.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Sobre o valor faturado será retido os impostos no que couber.

MINUTA

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses – de **XX02/2022** á **XX/02/2023**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste instrumento contratual, deverão ocorrer com a função programática descrita abaixo;

01.010	Câmara Municipal
01.031.0001.2001	Manutenção. Dos Serviços Legislativos
4490.52	Equipamento e Material - -Permanente

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, as seguintes:

a) Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data prevista no Contrato;

b) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa;

c) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;

d) Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato;

e) Comunicar por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste Contrato;

f) Coordenar e supervisionar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais alocados no local de prestação do serviço.

g) Cumprir as normas e regulamentos internos da Câmara Municipal;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·
MINUTA
FLS 024

h) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

I) Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao Contrato;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, as seguintes:

a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da **CONTRATADA** às dependências dos prédios para os quais foram contratados os serviços, respeitadas as normas de segurança estabelecidas e aquelas contidas neste Contrato e em diplomas legais específicos;

b) fornece as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias à prestação dos serviços contratados e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do Contrato;

c) designar, em conformidade com o disposto no **art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021**, atualizada, um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato,

d) atestar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato;

e) efetuar o pagamento das Notas Fiscais ou Faturas nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato;

f) solicitar da **CONTRATADA**, quando for conveniente, a comprovação da qualificação técnica de seus profissionais em atividades relacionadas ao objeto deste Contrato;

g) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

O Contratante exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato, mediante designação de fiscal para assegurar o cumprimento do contrato, com competência técnica compatível com as peculiaridades do contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · MINUTA FLS. 025

A presença da Fiscalização durante a prestação dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a **CONTRATADA**, que responderá única e integralmente pela completa e perfeita execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do FISCAL deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A fiscalização exercida pelo Fiscal de Contrato não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRAÇÃO

A **CONTRATADA**, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **não poderá** subcontratar o serviço objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes formas: I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração; II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e III – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do município de Cruz do Espirito Santo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro do Juízo da cidade de Cruz do Espirito Santo/PB competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, após haverem lido e concordado, as partes assinam o presente Contrato

Cruz do Esp. Santo xxxx de xxxxxxx de 2022

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·
MINUTA
FLS. 026

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
Presidente

Contratada

Testemunhas:

NOME:_____

CPF:_____

NOME:_____

CPF:_____

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 027
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

PARECER JURIDICO: DISPENSA LICITAÇÃO DE Nº. 001/2022

Ementa: ANALISA TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO NOS TERMOS DA **LEI FEDERAL 14.133/21**.

Ao: Agente de Contratação

Após análise do Processo administrativo municipal que originou a dispensa de licitação supracitada que tem como objetivo adquirir moveis planejados para a Câmara .

Nesta feita, é importante observar que a peça técnica apresenta um projeto básico detalhado dos serviços pretensos, bem como o termo de referência que traz o regramento a ser seguido, bem como a minuta do instrumento contratual traz a segurança jurídica dos serviços a serem executados.

Destarte, sem olvidar o princípio da razoabilidade, que requer uma ponderação entre a natureza e a relevância dos interesses em jogo, sendo importante frisar a necessidade dos serviços pretensos que irá atender a **Lei Federal 12.527/2011**, sendo importante ressaltar que o processo em si, está dentro do preconizado na nova lei de licitações.

Dessa maneira, é importante observar que os valores estão dentro do padronizado no Plano Anual de Contratação – PAC, estabelecido com o símbolo **CMC – 004/2022**.

No que diz respeito à legislação vigente, encontrasse amparado pelo que preconiza o **Inciso II do Art. 75 da Lei Federal 14.133/23**.

Diante do Exposto, com base no conhecimento jurídico desta Assessoria, só nos resta opinar pelo seguimento do processo administrativo e que mesmo sendo por dispensa de licitação, que seja seguido os tramites contidos no **art. 72 da Lei 14.133/23**.

Dessa maneira, em conformidade com o prescrito no **Inciso III do Art. 72 da Lei Federal 14.133/23**, essa assessoria jurídica verificou que as peças técnicas **ATENDEM** ao disposto na nova legislação de contratos públicos, devendo seguir com o tramite administrativo.

Opino pela legalidade dos atos administrativos licitatórios devendo seguir arisca ao que preconiza o regramento das licitações já

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS. 028

mencionado bem como os princípios nela descritos.

É o Parecer.

Salvo melhor juízo, é o que se entende.

Cruz do Espírito, 17de fevereiro de 2022

Renato Santos de Melo
ADV. OAB-PB 25229
Tel: (83) 99802-3198

RENATO SANTOS DE MELO
Assessor Jurídico
OAB:25229

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 029

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022
DISPENSA LICITAÇÃO N° 002/2022
Fundamentação: Lei Federal 14.133/21
Decreto Municipal: 016-A/2021

AVISO DE PRETENSÃO CONTRATUAL

A Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo, Estado da Paraíba, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público o interesse pretenso de contratação por dispensa de Licitação de empresa do ramo pertinente a aquisição de moveis planejados, nos termos abaixo descritos.

1.0 DO OBJETO DA CONTRAÇÃO

Tem o presente instrumento o objetivo de contratar empresa especializada no ramo comercial destinado a **Aquisição de moveis planejados**, no qual é pertinente ao atendimento da demanda surgida no dia a dia do parlamento mirim e as devidas acomodações nas dependências com a devida adequação para cada setor.

2.0 DAS PARTICIPAÇÕES DO PROCESSO DE DISPENSA

2.1 A participação dos interessados será mediante a apresentação da cotação de preços no formato descrito no anexo I deste instrumento convocatório. Estando os proponentes obrigados a atenderem as normativas deste instrumento como condição de legitimidade para contratação.

2.2 Os proponentes que deixarem de atender ao presente instrumento de contração, não lograram êxito mesmo que a cotação seja a mais baixa.

3.0 DA PARTICIPAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1 As empresas que tenham o interesse de participar, devem apresentar suas proposta comercial nos termos do **Anexo I** deste instrumento, podendo ser em papel timbrado próprio.

3.2 Será incluso na formulação das propostas os encargos e custos operacionais, bem como o proponente se encontra estritamente vinculada a mesma, podendo sofrer as sanções cabíveis no termo da legislação vigente pela não execução dos fornecimentos.

4.0 DA ABERTURA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS

4.1 A presente apresentação da proposta de preços será no dia: 24/**02/2022** às **09H:30M**, devendo serem apresentados os envelopes lacrados.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 030
CPL

4.2 O critério de julgamento será pelo menor preços ofertado, devendo a mesma está em consonância com o que dispõe este instrumento.

4.3 A mesma deverá conter o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação, a ausência de especificações dos dias de validade das propostas, automaticamente será considerado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

4.4 Da desclassificação, a mesma ocorrerá pelo menor valor por item a ser transcrito no mapa de apuração.

5.0 DO FORNECIMENTO

5.1 Os fornecimentos podem serem conclusos de uma única vez ou parceladamente mediante as necessidades administrativas

5.2 As entregas serão feitas mediante solicitação do poder legislativo pelo setor competente, e recebida com a Nota Fiscal e documentação fiscal em anexo, nos termos da planilha em anexo do respectivo termo de referência.

6.0 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

6.1 Salienta-se que na referida contratação, será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos **Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006**, em conformidade com o que preconiza o **Art. 4º da Lei Federal 14.133/2021,** quando couber.

6.2. A participação no certame, portanto, será aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

7.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

7.2 Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

7.3 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 031
CPL

7.4 Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos **Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21**.

8.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

8.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, as alterações serviços objeto a ser contratado que apresentarem defeitos e/ou imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

8.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

8.4 Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

8.5 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

8.6 Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

8.7 Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos **Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21**.

9.0 DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de execução do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na **Lei Federal 14.133/21**, deste que cumprindo o tramite processual exigível na legislação vigente.

9.1.1 Do inicio, deverá ser dado inicio a constituição do objeto deste instrumento a contar da data da assinatura do instrumento contratual.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 032
CPL

9.2. A vigência da presente contratação será determinada: No período continuado de 12 (doze) meses considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste.

10.0 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

10.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no **IPCA–IBGE** acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento, bem como as alterações pertinentes a dotações.

10.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos **Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 033
CPL

11.0 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos **Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21**; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

12.0 DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1 Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos **Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21**, respectivamente.

12.2 Salienta-se que a documentação relacionada nos **Arts. 66** a **69**, da **Lei 14.133/21**, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do **Art. 70**, do mesmo diploma legal.

13.0 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1 Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do **Art. 140, da Lei 14.133/21**.

14.0 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

14.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do **Art. 117, da Lei 14.133/21**, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

15.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no **Art. 155, da Lei 14.133/21** e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 034
CPL

procedimentos definidos nos **Arts. 156 a 163**, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a – Advertência; aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d – Impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos II, III, IV, V, VI** e **VII** do **caput** do referido **Art. 155**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI** e **XII** do **caput** do referido **Art. 155**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII** do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **§ 4º** do referido **Art. 156**;

f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na **Lei 14.133/21**.

15.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.0 DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

16.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: **EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga;**

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.0 DA ASSINATURA DO CONTRATO.

17.1 Após detectado a proposta ganhadora, será dado prazo de até 05 (cinco) dias para apresentação das certidões válidas para poder assinar o instrumento contratual.

17.2 A contratada deverá está apta para o fornecimento no prazo estabelecido no sub item acima.

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 036
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

CONTRATO Nº XXX/2022 (XXXXXXXXXXXXXXX), QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO.

A **Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo**, com sede á Praça dos Três Poderes, s/n. Centro, Cruz do Espirito Santo, inscrita no **CNPJ – 09.308.842/0001-80**, neste ato representada pela Presidente **MARIA DO SOCORRO GOUVEIA**, residente e domiciliado no sitio Massangana I, Zona Rural de Cruz do Espirito Santo doravante de nominada **CONTRATANTE**, e de outro a Empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço á XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, – Cidade de XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no **CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominado **CONTRATADA**, nas formas e condições abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Contratação de serviços compra/aquisição de moveis planejados para esta Casa Legislativa.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Os locais definidos no quadro constante do *caput* desta Cláusula poderão sofrer alteração de acordo com a conveniência da Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo, que comunicará previamente à **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Este instrumento decorre do **Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2022** com fundamentação no que dispõe o **art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Pela execução dos serviços, a Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo pagará **mensalmente** ao **CONTRATADO** o **valor mensal** de **R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX**), totalizando o valor global de **R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXX).**

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 037
CPL

Já estão inclusos nos preços os tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, remuneração, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros pertinentes ao objeto, seguro, lucro e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os mesmos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO

O Contrato poderá ser repactuado, visando à adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano, em conformidade com o que couber nos **arts. 124 a 136 da Lei Federal 14.133/2021**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Os reajustes serão efetuados com base em índices oficiais, qual seja o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**.

CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO DO PAGAMENTO

A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente vim detalhadamente os móveis a serem fornecidos bem como o proponente contratado deverá apresentar suas certidões de regularidade fiscal e tributária para o devido pagamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do gestor/fiscal do contrato, conforme disposição legal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O valor correspondente será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em favor da contratada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 038
CPL

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Sobre o valor faturado será retido os impostos no que couber.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses – de **XX02/2022** á **XX/02/2023**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste instrumento contratual, deverão ocorrer com a função programática descrita abaixo;

01.010	Câmara Municipal
01.031.0001.2001	Manutenção. Dos Serviços Legislativos
4490.52	Equipamento e Material - -Permanente

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, as seguintes:

a) Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data prevista no Contrato;

b) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa;

c) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;

d) Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato;

e) Comunicar por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste Contrato;

f) Coordenar e supervisionar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais alocados no local de prestação do serviço.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 039
CPL

g) Cumprir as normas e regulamentos internos da Câmara Municipal;

h) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

I) Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao Contrato;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, as seguintes:

a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da **CONTRATADA** às dependências dos prédios para os quais foram contratados os serviços, respeitadas as normas de segurança estabelecidas e aquelas contidas neste Contrato e em diplomas legais específicos;

b) fornece as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias à prestação dos serviços contratados e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do Contrato;

c) designar, em conformidade com o disposto no **art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021**, atualizada, um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato,

d) atestar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato;

e) efetuar o pagamento das Notas Fiscais ou Faturas nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato;

f) solicitar da **CONTRATADA**, quando for conveniente, a comprovação da qualificação técnica de seus profissionais em atividades relacionadas ao objeto deste Contrato;

g) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS. 040

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

O Contratante exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato, mediante designação de fiscal para assegurar o cumprimento do contrato, com competência técnica compatível com as peculiaridades do contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A presença da Fiscalização durante a prestação dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a **CONTRATADA**, que responderá única e integralmente pela completa e perfeita execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do FISCAL deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A fiscalização exercida pelo Fiscal de Contrato não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRAÇÃO

A **CONTRATADA**, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **não poderá** subcontratar o serviço objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes formas: I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração; II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e III – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL ·
FLS. 041

município de Cruz do Espirito Santo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro do Juízo da cidade de Cruz do Espirito Santo/PB competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, após haverem lido e concordado, as partes assinam o presente Contrato

Cruz do Esp. Santo xxxx de xxxxxxx de 2022

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
Presidente

_____
Contratada

Testemunhas:

NOME:_____

CPF:_____

NOME:_____

CPF:_____

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 042

ANEXO I - Termo de Referencia (TR)

PROC.ADM. DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 001/2022

FUNDAMENTAÇÃO: LEI Nº 14.133/21

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT
1	Mesa em L com as seguintes especificações: Tampo superior em 30mm engrssurado, medido 1,50x1,20x0,40 com gaveteiro fixo, sendo duas gavetas simples e um divisoria para separar as duas mesas.	UNID	2
2	Armario com 02 portas de giro medindo 1,60x0,45x0,75 com 04 nichos e puxadores nas portas	UNID	6
3	Armario extra alto com 02 portas de giro medindo 1,60x0,80x0,45 em MDF 30mm espessurado com 03 prateleiras internas e puxadores nas portas.	UNID	1
4	Armario tipo nicho para parede com as seguintes caracteristicas medindo 1,40x0,40x0,30 com 02 divisorias	UNID	1
5	Bacanda de apoio com as seguintes epecificações medindo 2,40x0,70x0,80com tambo superior em MDF 30mm emgrossurado, sendo uma 01 divisoria na parte externa.	UNID	1
6	Mesa para controle dos armarios do setor com as seguintes caracteristicas medindo 1,40x0,70x0,71 contendo duas cavetas com chave em MDF	UNID	2
7	Bancadas em formato de modulo em as seguintes caratcteristicas em MDF 18mm medindo 2,65x1,20x0,40	UNID	9
8	Armario em MDF 18mm medindo 2,65x0,40x0,40 com portas e fechaduras individuais	UNID	1
9	Painel com as seguintes caracteristicas medindo 2,65x3,54de 40mm engrossurado	UNID	1
10	Nichos medindo 1,30x0,40x0,25 em MDF 15mm.	UNID	4
11	Bancada de apoio com as seguintes caracteristicas MDF 30mm engrossurada medindo 2,70x0,70x0,75 co 01 divisoria.	UNID	1
12	Mesa de reunião medindo 3,00x1,10 em MDF com 40mm engrossurado	UNID	1
13	Bnacada de apoio medindo 1,30x0,60.	UNID	1
14	Cadeiras longarinas de 03 lugares	UNID	12

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 043
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

PRETENSÃO CONTRATUAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, Estado da Paraiba, por intermédio do seu Agente de Contração, vem comunicar a **PRETENSÃO CONTRATUAL,** objetivando a Aquisição de moveis planejados**,** nos termos da **Lei Federal nº 14.133/21**, tendo interesse as empresas do ramo pertinente ao objeto pretenso apresentarem suas propostas comerciais na seguinte data: **24/02/2022**, até às **09H:30M**, estando o **AVISO DA PRETENSÃO E ANEXOS,** disponibilizados no site da Casa Legislativa. www.cmcruzdoespiritosanto.pb.gov.br, bem como dúvidas e esclarecimentos podem serem obtidos no e-mail. camaracruz2021@gmail.com, ou na forma presencial.

Cruz do Espírito Santo, 18 de fevereiro de 2022

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO – PB.

Criado pela Lei nº 257 de 01 Novembro de 1974.

SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2022. ANO XLVII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 044

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

PRETENSÃO CONTRATUAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, Estado da Paraiba, por intermédio do seu Agente de Contração, vem comunicar a **PRETENSÃO CONTRATUAL,** objetivando a Aquisição de moveis planejados, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/21**, tendo interesse as empresas do ramo pertinente ao objeto pretenso apresentarem suas propostas comerciais na seguinte data: **24/02/2022**, até às **09H:30M**, estando o **AVISO DA PRETENSÃO E ANEXOS,** disponibilizados no site da Casa Legislativa. www.cmcruzdoespiritosanto.pb.gov.br, bem como dúvidas e esclarecimentos podem serem obtidos no e-mail. camaracruz2021@gmail.com, ou na forma presencial.

Cruz do Espírito Santo, 18 de fevereiro de 2022

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 045
CPL

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
SETOR DE LICITAÇÕES

1º ATA DE REUNIÃO DA PRETENSÃO DE CONTRATO POR DISPENSA Nº 001/2022

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2022 na sala da Licitação com o Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeada pela **Portaria nº 027/2022**, datada de 03 de janeiro de 2022, sendo eles: **PATRICIA VANESSA SANTIAGO DA SILVA, JOÃO ALFREDO SILVA e JOSÉ FERREIRA CUNHA FILHO,** sob a presidência da primeira, reuniram-se objetivando a coleta de envelopes de Habilitação e Proposta para a pretensão contratual dos serviços de **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS,** exatamente ás **09:H e 30:M**, em acordo com o que determinou o ato convocatório. Dando início a abertura dos envelopes dos proponentes que manifestaram interesse pelo Sr. Agente de Contratação, é de bom alvitre informar que na presente sessão pública, os proponentes apenas protocolaram os envelopes de intensão, na qual constatou-se o protocolo dos envelopes das seguintes proponentes:

Empresa	CNPJ	Situação
Divina Comercio de Móveis	29.960.500/0001-57	Protocolado
JCarlos Comercio Atacadista	22.129.975/0001-57	Protocolado
Mavig Comercio de Moveis	44.820.086/001-74	Protocolado
Mix Comercio e serviços	28.397.038/0001-69	Protocolado
GC Aço	45.092.958/0001-98	Protocolado

Sendo assim, em ato contínuo o agente de contratação e equipe de a apoio, observou os valores cotados, no quais constam no mapa de apuração, no entanto, após observância aos valores ofertados, foi possível observar que a empresa **DIVINA COMÉRCIO DE MÓVEIS,** apresentou os melhores valores diante as outras, sendo assim em ato contínuo, foi aberto o envelope de cotação da mesma no qual após minucioso análise, constatou-se que a mesma atendeu a todas as solicitações do ato convocatório, estando em conformidade com o que

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 046
CPL

dispõe a Lei de Licitação em sua nova normativa. Diante as avaliações feitas, é possível afirmar que a empresa **DIVINA COMÉRCIO DE MÓVEIS – CNPJ: 29.960.500/0001-57,** apresentou melhores valores, alçando uma monta de **R$ 49.578,00 (quarenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais),** valores detalhados nos seus respectivos itens no Mapa de Apuração. Nada mais havendo a tratar, eu **PATRÍCIA VANESSA SANTIAGO DA SILVA,** secretariei a presente sessão e escriturei a atual ata que vai assinada por mim e por todos os presentes para que produzam os seus efeitos legais e jurídicos.

Cruz do Espírito Santo, 24 de fevereiro de 2022.

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

JOSÉ FERREIRA CUNHA FILHO
MEMBRO

PATRICIA VANESSA SANTIAGO DA SILVA
MEMBRO

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO

Proponente I - Divina Comercio de Moveis - CNPJ: 29.960.500/0001-57
Proponente II - JCarlosComercio Atacadista - CNPJ: 22.129.975/0001-57
Proponente III - Mavig Comercio de Moveis - CNPJ: 44.820.086/001-74
Proponente IV - Mix Comercio e serviços - CNPJ: 28.397.038/0001-69
Proponente V - GC Aço - CNPJ: 45.092.958/0001-98

MAPA DE APURAÇÃO

PROC.ADM. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022
FUNDAMENTAÇÃO: LEI Nº 14.133/21

COD	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	PROPONENTE I		PROPONENTE II		PROPONENTE III		PROPONENTE IV		PROPONENTE V	
				P UNIT	P TOTAL	P UNIT	P TOTAL	P UNIT	P TOTAL	P UNIT	P TOTAL	P UNIT	P TOTAL
1	Mesa em L com as seguintes especificações: Tampo superior em 30mm engrssurado, medido 1,50x1,20x0,40 com gaveteiro fixo, sendo duas gavetas simples e um divisoria para separar as	und	2	R$ 1.835,00	R$ 3.670,00	R$ 2.200,00	R$ 4.400,00	R$ -	R$ -	R$ 1.998,00	R$ 3.996,00	R$ -	R$ -
2	Armario com 02 portas de giro medindo 1,60x0,45x0,75 com 04 nichos e puxadores nas portas	und	6	R$ 1.358,00	R$ 8.148,00	R$ 1.830,00	R$ 10.980,00	R$ -	R$ -	R$ 1.595,00	R$ 9.570,00	R$ -	R$ -
3	Armario extra alto com 02 portas de giro medindo 1,60x0,80x0,45 em MDF 30mm espessurado com 03 prateleiras internas e puxadores nas portas	und	1	R$ 995,00	R$ 995,00	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00	R$ -	R$ -	R$ 1.350,00	R$ 1.350,00	R$ -	R$ -
4	Armario tipo nicho para parede com as seguintes caracteristicas medindo 1,40x0,40x0,30 com 02	und	1	R$ 670,00	R$ 670,00	R$ 750,00	R$ 750,00	R$ -	R$ -	R$ 790,00	R$ 790,00	R$ -	R$ -
5	Bacanda de apoio com as seguintes epecificações medindo 2,40x0,70x0,80com tambo superior em MDF 30mm emgrossurado, sendo uma 01 divisoria na parte externa.	und	1	R$ 1.050,00	R$ 1.050,00	R$ 1.255,00	R$ 1.255,00	R$ -	R$ -	R$ 1.465,00	R$ 1.465,00	R$ -	R$ -
6	Mesa para controle dos armarios do setor com as seguintes caracteristicas medindo 1,40x0,70x0,71 contendo duas cavetas com chave em MDF	und	2	R$ 850,00	R$ 1.700,00	R$ 1.100,00	R$ 2.200,00	R$ -	R$ -	R$ 1.050,00	R$ 2.100,00	R$ -	R$ -
7	Bancadas em formato de modulo em as seguintes caratcteristicas em MDF 18mm medindo 2,65x1,20x0,40	und	9	R$ 1.720,00	R$ 15.480,00	R$ 1.990,00	R$ 17.910,00	R$ -	R$ -	R$ 1.995,00	R$ 17.955,00	R$ -	R$ -
8	Armario em MDF 18mm medindo 2,65x0,40x0,40 com portas e fechaduras individuais	und	1	R$ 790,00	R$ 790,00	R$ 900,00	R$ 900,00	R$ -	R$ -	R$ 840,00	R$ 840,00	R$ -	R$ -
9	Painel com as seguintes caracteristicas medindo 2,65x3,54de 40mm engrossurado	und	1	R$ 2.880,00	R$ 2.880,00	R$ 3.200,00	R$ 3.200,00	R$ -	R$ -	R$ 3.100,00	R$ 3.100,00	R$ -	R$ -
10	Nichos medindo 1,30x0,40x0,25 em MDF 15mm.	und	4	R$ 310,00	R$ 1.240,00	R$ 480,00	R$ 1.920,00	R$ -	R$ -	R$ 425,00	R$ 1.700,00	R$ -	R$ -
11	Bancada de apoio com as seguintes caracteristicas MDF 30mm engrossurada medindo 2,70x0,70x0,75 co 01 divisoria	und	1	R$ 1.255,00	R$ 1.255,00	R$ 1.580,00	R$ 1.580,00	R$ -	R$ -	R$ 1.590,00	R$ 1.590,00	R$ -	R$ -
12	Mesa de reunião medindo 3,00x1,10 em MDF com 40mm engrossurado		1	R$ 1.830,00	R$ 1.830,00	R$ 1.980,00	R$ 1.980,00	R$ -	R$ -	R$ 1.980,00	R$ 1.980,00	R$ -	R$ -
13	Bnacada de apoio medindo 1,30x0,60.		1	R$ 510,00	R$ 510,00	R$ 650,00	R$ 650,00	R$ -	R$ -	R$ 690,00	R$ 690,00	R$ -	R$ -
14	Cadeiras longarinas de 03 lugares	und	12	R$ 780,00	R$ 9.360,00	R$ -	R$ -	R$ 850,00	R$ 10.200,00	R$ -	R$ -	R$ 820,00	R$ 9.840,00
TOTAL					**R$ 49.578,00**	TOTAL	**R$ 48.975,00**	TOTAL	**R$ 10.200,00**	TOTAL	**R$ 47.126,00**	TOTAL	**R$ 9.840,00**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CPL
FLS 048

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
SETOR DE LICITAÇÃO

DISPENSA 003/2022

COTAÇÕES

Divina Moveis
MÓVEIS P/ ESCRITÓRIO
22 3513 2013

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS. 049

João Pessoa, 24 de FEVEREIRO de 22

À
CAMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO
SRA PRESIDENTA MARIA DO SOCORRO

Cotação de Preços

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	V.UNIT	V.TOTAL
01	02	MESA EM L, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TAMPO SUPERIOR DE 30MM ENGROSSURADO, NA COR AMEIXA NEGRA C/PRETO, MEDINDO 1,50X1,20X0,40 C/GAVETEIRO FIXO, SENDO DUAS GAVETAS SIMPLES E UMA PARA PASTA SUSPENSA, ESTRUTURA EM METALON 70X30, PINTADO EM EPOXI PRETO TEXTURIZADO, COM UMA DIVISORIA SEPARANDO UMA MESA DA OUTRA, NA POSIÇÃO HORIZONTAL MEDINDO 1,12X0,25 REF: DM1619/DM1819	1.835,00	3.670,00
02	06	ARMARIO CREDENZA C/PORTA DE GIRO COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: MEDINDO 1,60X0,45X,0,75 C/02 PORTAS E 4 NICHOS, NAS CORES AMEIXA NEGRA C/PRETO, EM MDF 30MM ENGROSSURADO, COM FECHADURAS E PUXADORES NAS PORTAS REF: DM1645	1.358,00	8.148,00
03	01	ARMARIO EXTRA ALTO C/ 02 PORTAS DE GIRO COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: 1,60X0,800,45 EM MDF 30MM ENCROSSURADO, 03 PRATELEIRAS INTERNAS , C/FECHADURAS INDIVIDUALE PUXADORES REF: DM8116	995,00	995,00
04	01	ARMARIO TIPO NICHO PARA PAREDE, COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: MEDINDO 1,40X0,40X0,30 COM 02 DIVISORIAS NA HORIZONTAL, NA COR AMEIXA NEGRA C/PRETO	670,00	670,00
05	01	BANCADA DE APOIO COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS:MEDINDO 2,40X0,70X0,80 COM TAMPO SUPERIOR EM MDF 30MM DE ENGROSSURADO, SENDO 01 DIVISORIA NA PARTE EXTERNA NA VERTICAL E UMA PRATELEIRA INTERNA NA HORIZINTAL REF DM1083	1.050,00	1,050,00
06	02	MESA PARA CONTROLE DOS ARQUIVISTAS DO SETOR, COM AS SEGUINTES CARACTERISTAICS: MEDINDO 1,40X0,70X0,71, SENDO CADA MESA C/02 GAVETAS CONTENDO CHAVES, CONFECCIONADA EM MDF 30 MM ENGROSSURADO COM ESTRUTURA EM METALON 70X30 PINTADO EM EPOXI NA COR PRETA TEXTURIZADO COM DIVISORIA DE ESPAÇO REF DM1003	850,00	1.700,00
07	09	BANCADAS EM FORMATO DE MODULOS COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: FABRICADOS EM MDF 18 MM NA COR	1.720,00	15.480,00

Divina Comercio de Moveis e Equipamentos para escritório Ltda
AV: MAXIMIANO FIGUEIREDO, 308 – Centro -JOÃO PESSOA PB
CNPJ: 29.960.500/0001-57 INS. EST: 16.313.836-2
Cep: 58013-470 Fone: 83 3566-9493
Email: divinamoveis2018@gmail.com

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS. 050

João Pessoa, 22 de FEVEREIRO de 22

À
CAMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO

Cotação de Preços

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	V.UNIT	V.TOTAL
01	02	MESA EM L, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TAMPO SUPERIOR DE 30MM ENGROSSURADO, NA COR AMEIXA NEGRA C/PRETO, MEDINDO 1,50X1,20X0,40 C/GAVETEIRO FIXO, SENDO DUAS GAVETAS SIMPLES E UMA PARA PASTA SUSPENSA, ESTRUTURA EM METALON 70X30, PINTADO EM EPOXI PRETO TEXTURIZADO, COM UMA DIVISORIA SEPARANDO UMA MESA DA OUTRA, NA POSIÇÃO HORIZONTAL MEDINDO 1,12X0,25 REF: DM1619/DM1819	1.835,00	3.670,00
02	06	ARMARIO CREDENZA C/PORTA DE GIRO COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: MEDINDO 1,60X0,45X,0,75 C/02 PORTAS E 4 NICHOS, NAS CORES AMEIXA NEGRA C/PRETO, EM MDF 30MM ENGROSSURADO, COM FECHADURAS E PUXADORES NAS PORTAS REF: DM1645	1.358,00	8.148,00
03	01	ARMARIO EXTRA ALTO C/ 02 PORTAS DE GIRO COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: 1,60X0,800,45 EM MDF 30MM ENCROSSURADO, 03 PRATELEIRAS INTERNAS , C/FECHADURAS INDIVIDUALE PUXADORES REF: DM8116	995,00	995,00
04	01	ARMARIO TIPO NICHO PARA PAREDE, COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: MEDINDO 1,40X0,40X0,30 COM 02 DIVISORIAS NA HORIZONTAL, NA COR AMEIXA NEGRA C/PRETO	670,00	670,00
[illegible]	01	BANCADA DE APOIO COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS:MEDINDO 2,40X0,70X0,80 COM TAMPO SUPERIOR EM MDF 30MM DE ENGROSSURADO, SENDO 01 DIVISORIA NA PARTE EXTERNA NA VERTICAL E UMA PRATELEIRA INTERNA NA HORIZINTAL REF DM1083	1.050,00	1,050,00
06	02	MESA PARA CONTROLE DOS ARQUIVISTAS DO SETOR, COM AS SEGUINTES CARACTERISTAICS: MEDINDO 1,40X0,70X0,71, SENDO CADA MESA C/02 GAVETAS CONTENDO CHAVES, CONFECCIONADA EM MDF 30 MM ENGROSSURADO COM ESTRUTURA EM METALON 70X30 PINTADO EM EPOXI NA COR PRETA TEXTURIZADO COM DIVISORIA DE ESPAÇO REF DM1003	850,00	1.700,00
07	09	BANCADAS EM FORMATO DE MODULOS COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: FABRICADOS EM MDF 18 MM NA COR	1.720,00	15.480,00

Divina Comercio de Moveis e Equipamentos para escritório Ltda
AV: MAXIMIANO FIGUEIREDO, 308 – Centro -JOÃO PESSOA PB
CNPJ: 29.960.500/0001-57 INS. EST: 16.313.836-2
Cep: 58013-470 Fone: 83 3566-9493
Email: divinamoveis2018@gmail.com

J. Carlos
MÓVEIS CORPORATIVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 051
CPL

J. Pessoa, 24 de Fevereiro de 2022

CAMARA MUNIC. CRUZ DO ESPIRITO SANTO

PROPOSTA

ÍTEM	DESCRIÇÕES	QUANTIDADE	R$ UNITÁRIO	R$ TOTAL
SALA DA PRESIDENCIA				
01	*MESA EM L, CONTENDO: TAMPO MDF* SUPERIOR DE 30MM ENGROSSURADO, MEDINDO 1,50 X 1,20 X 0,40 C/GAVETEIRO FIXO, COM DUAS GAVETAS SIMPLES E UMA PARA PASTA SUSPENSA, ESTRUTURA EM METAL, PINTADO EM EPOXI , COM UMA DIVISORIA SEPARANDO UMA MESA DA OUTRA, NA POSIÇÃO HORIZONTAL MEDINDO 1,12X0,25	02	2.200,00	4.400,00
02	ARMARIO CREDENZA C/PORTA DE GIRO COM MEDINDO 1,60X0,45X,0,75 C/02 PORTAS E 4 NICHOS, EM MDF 30MM ENGROSSURADO, COM FECHADURAS E PUXADORES NAS PORTAS	04	1.830,00	7.320,00
03	ARMARIO ALTO C/ 02 PORTAS DE GIRO MEDINDO: 1,60X0,800,45 EM MDF 30MM ENCROSSURADO, 03 PRATELEIRAS INTERNAS , C/FECHADURAS INDIVIDUALE PUXADORES	01	1.250,00	1.250,00
04	ARMARIO TIPO NICHO PARA PAREDE,:MEDINDO 1,40X0,40X0,30 COM 02 DIVISORIAS NA HORIZONTAL	01	750,00	750,00
SALA DE ARQUIVO				
05	ARMARIO CREDENZA C/PORTA DE GIRO COM : MEDINDO 1,60X0,45X,0,75 C/02 PORTAS E 4 NICHOS, EM MDF 30MM ENGROSSURADO, COM FECHADURAS E	02	1.830,00	3.660,00

J. Carlos Móveis Ltda.
Av. Barão de Mamanguape, 642 • Torre • João Pessoa / PB • 3224-5025.
CEP. 58.040-330 • CNPJ. 09.238.106/0001-00 • Insc. Estadual 16.075.204-3
e-mail: jcarlosmoveis@jcarlosmoveis.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FL 052
CPL

J.Carlos
MÓVEIS CORPORATIVOS

	PUXADORES NAS PORTAS			
06	BANCADA DE APOIO :MEDINDO 2,40X0,70X0,80 COM TAMPO SUPERIOR EM MDF 30MM DE ENGROSSURADO, SENDO 01 DIVISORIA NA PARTE EXTERNA NA VERTICAL E UMA PRATELEIRA INTERNA NA HORIZINTAL	01	1.255,00	1.255,00
07	MESA PARA CONTROLE DOS ARQUIVISTAS, MEDINDO 1,40X0,70X0,71, SENDO CADA MESA C/02 GAVETAS CONTENDO CHAVES, CONFECCIONADA EM MDF 30 MM ENGROSSURADO COM ESTRUTURA EM METAL PINTADO EM EPOXI NA COR PRETA COM DIVISORIA DE ESPAÇO	02	1.100,00	2.200,00
08	BANCADAS EM FORMATO DE MODULOS FABRICADOS EM MDF 18 MM , MEDINDO 2,65X1,20X0,40, CADA UM COM MONTAGEM E INSTALAÇÃO, ACABAMENTO DA PARTE INFERIOR SERÁ FEITO COM *GRANITO PARA COMBATER A INFILTRAÇÃO DE* AGUA	09	1.990,00	17.910,00
09	ARMARIO EM MDF 18 MM, FABRICADO EM MDF COM VÃO INTERNO LIVRE PARA GUARNIÇÃO DE ESCADA, O ARMARIO MEDIDAS: 2,65X0,40X0,40 C/1 PORTA E FECHADURAS INDIDUIAIS	01	900,00	900,00
	SALA DE REUNIÃO			
10	PAINEL MEDINDO 2,65X3,54, ENGROSSURADO DE 40MM ENGROSSURADO, PARA FACILITAR INSTALAÇÃO DE TOMADAS	01	3.200,00	3.200,00
11	NICHOS MEDINDO 1,30X0,40X0,25, EM MDF 15MM , PARA INSTALAÇÃO NO PROPRIO PAINEL	01	480,00	480,00

J. Carlos Móveis Ltda.
Av. Barão de Mamanguape, 642 • Torre • João Pessoa / PB • 3224-5025.
CEP. 58.040-330 • CNPJ. 09.238.106/0001-00 • Insc. Estadual 16.075.204-3
e-mail: jcarlosmoveis@jcarlosmoveis.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 053
CPL

J.Carlos
MÓVEIS CORPORATIVOS

12	BANCADA DE APOIO , CONFECCIONADA EM MDF 30 MM ENGROSSURADO MEDINDO 2,70X0,70X0 75 C/01 DIVISORIA NA PARTE EXTERNA, PARA SUSTENTAÇÃO	01	1.580,00	1.580,00
13	MESA DE REUNIÃO COM ESTRUTURA EM METAL, MEDINDO 70,30 COM PINTURA EPOXI NA COR PRETO, TAMPO MEDINDO: 3,00X1,10 EM MDF COM 40 MM ENGROSSURADO, COM CAIXA PARA TOMADA E PÉS COM NIVELADORES DE ALTURA	01	1.980,00	1.980,00
14	BANCADA PARA APOIO MEDINDO 1,30X0,60 COM ESTRUTURA EM METAL , COM PINTURA EPOXI, ESSA BANCADA SERÁ UTILIZADA PARA CAFETERIA E BEBEDOURO, TIPO MESA	01	650,00	650,00

TOTAL: R$ 47.535,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 20 DIAS
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: A VISTA PRAZO PARA ENTREGA: 30 DIAS

CNPJ 09.238.106/0001-00
J. CARLOS MÓVEIS LTDA.
Av. Barão de Mamanguape, 642 - Torre
CEP 58040-330 - João Pessoa-PB
Insc. Est. 16.075.204-3

mavyg

COMERCIO DE MOVEIS LTDA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 054
CPL

Cabedelo, 24 de Fevereiro de 2022.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO

PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA	
RAZÃO SOCIAL	MAVYG COMERCIO DE MOVEIS LTDA
CNPJ	44.820.086/0001-74
ENDEREÇO	AV. MAR VERMELHO, 280 SALA 5S – BAIRRO INTERMARES
CIDADE	CABEDELO
ESTADO	PARAIBA
CEP.	58.102-110
E-MAIL	mavygcomercio@gmail.com
TELEFONE	(83) 993865680 - 999613202
RESPONSÁVEL P/ASS/ CONTRATO	MARINALVA LIMA FRNANDES ARAGÃO
CPF	694.274.104-34
RG	819517SSPPB
	DADOS BANCARIOS PARA DEPOSITOS
BANCO	BANCO BRASIL (001)
AGENCIA	0011-6
CONTA-CORRENTE	144153-1

A presente proposta tem como objeto o fornecimento dos materiais abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	**Cadeira montada em estrutura de longarina, 03 lugares. Estrutura que permite a junção de 03 cadeiras em uma só base, ideal para recepções e sala de espera. Material do assento e encosto em polipropileno. (01 ano de garantia) Material da base aço pintado**	UND	12	850,00	10.200,00

CONDIÇÕES

Valor total da Proposta: R$ 10.200,00

PAGAMENTO A VISTA

ENTREGA 20 DIAS

VALIDADE 15 DIAS

Marinalva Lima Fernandes Aragão
RG 819517 SSPPB
CPF 694274104-34

CNPJ: 44.820.086/0001-74
MAVYG COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
Av. Mar Vermelho, 280, Sala 55
Intermares - CEP: 58.102-110
Cabedelo - PB

MIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

RUA JOÃO XXIII, 45 JAGUARIBE CEP 58015-030 JOÃO PESSOA PB

CNPJ 28.397.038/0001-69 INS EST: 16.301.876-6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 055

ORÇAMENTO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPIRITO SANTO

ORÇAMENTO				
ITEM:	QUANT.:	MERCADORIA	V.UNIT	V. TOTAL
01	02	Mesa em I, contendo: tampo mdf superior de 30mm engrossurado, medindo 1,50 x 1,20 x 0,40 c/gaveteiro fixo, com duas gavetas simples e uma para pasta suspensa, estrutura em metal, pintado em epoxi , com uma divisoria separando uma mesa da outra, na posição horizontal medindo 1,12x0,25	1.998,00	3.996,00
02	06	Armario credenza c/porta de giro com medindo 1,60x0,45x,0,75 c/02 portas e 4 nichos, em mdf 30mm engrossurado, com fechaduras e puxadores nas portas	1.595,00	9.570,00
03	01	Armario alto c/ 02 portas de giro medindo: 1,60x0,800,45 em mdf 30mm encrossurado, 03 prateleiras internas , c/fechaduras individuale puxadores	1.350,00	1.350,00
04	01	Armario tipo nicho para parede, :medindo 1,40x0,40x0,30 com 02 divisorias na horizontal	790,00	790,00
06	01	Bancada de apoio :medindo 2,40x0,70x0,80 com tampo superior em mdf 30mm de engrossurado, sendo 01 divisoria na parte externa na vertical e uma prateleira interna na horizintal	1.465,00	1.465,00
07	02	Mesa para controle dos arquivistas, medindo 1,40x0,70x0,71, sendo cada mesa c/02 gavetas contendo chaves, confeccionada em mdf 30 mm engrossurado com estrutura em metal pintado em epoxi na cor preta com divisoria de espaço	1.050,00	2.100,00
08	09	Bancadas em formato de modulos fabricados em mdf 18 mm , medindo 2,65x1,20x0,40, cada um com montagem e instalação, acabamento da parte inferior será feito com granito para combater a infiltração deagua	1.995,00	17.955,00
09	01	Armario em mdf 18 mm, fabricado em mdf com vão interno livre para guarnição de escada, o armario medidas: 2,65x0,40x0,40 c/1 porta e fechaduras indiduiais	840,00	840,00
10	01	Painel medindo 2,65x3,54, engrossurado de 40mm engrossurado, para facilitar instalação de tomadas	3.100,00	3.100,00
11	04	Nichos medindo 1,30x0,40x0,25, em mdf 15mm , para instalação no proprio painel	425,00	1.700,00
12	01	Bancada de apoio , confeccionada em mdf 30 mm engrossurado medindo 2,70x0,70x0 75 c/01 divisoria na parte externa, para sustentação	1.590,00	1.590,00
13	01	Mesa de reunião com estrutura em metal, medindo 70,30 com pintura epoxi na cor preto, tampo medindo: 3,00x1,10 em mdf com 40 mm engrossurado, com caixa para tomada e	1.980,00	1.980,00

GC AÇO
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS METALURGICOS LTDA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 057

COTAÇÃO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ESPIRITO SANTO

ITEM	PRODUTOS	QUANT	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LONGARINA 03 LUGARES, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA EPOXI PÓ	12	820,00	9.940,00

TOTAL DA PROPOSTA: **R$ 9.840,00**

VALIDADE: 30 DIAS
PAGAMENTO A VISTA

JOÃO PESSOA, 24 DE FEVEREIRO DE 2022

CNPJ: 45.092.958/0001-98
GC AÇO INDUSTRIA E COMERCIO
DE PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA
Rua Gustavo Maciel Monteiro, nº 42
Centro - CEP - 58.110-070
Bayeux - PB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 058
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
SETOR DE LICITAÇÃO

DISPENSA 003/2022

REGULARIDADE FISCAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 059

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.960.500/0001-57
Razão Social: DIVINA COM DE MOVEIS E EQUIP PARA ESCRIT
Endereço: AV GEMINIANO DA FRANCA 536 / TORRE / JOAO PESSOA / PB / 58040-560

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/02/2022 a 09/03/2022

Certificação Número: 2022020801441940057570

Informação obtida em 23/02/2022 09:25:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 060
CPL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **DIVINA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA**
CNPJ: **29.960.500/0001-57**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:38:40 do dia 19/11/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/05/2022.
Código de controle da certidão: **3035.B54F.9010.1C64**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls. 061
CPL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DIVINA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.960.500/0001-57
Certidão nº: 57719844/2021
Expedição: 23/12/2021, às 14:57:46
Validade: 20/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DIVINA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.960.500/0001-57, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS. 062

C E R T I D Ã O

CÓDIGO: **4A78.6A8D.C02E.AA57**

Emitida no dia 03/02/2022 às 12:23:10

Nome Empresarial:
DIVINA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA

Endereço:
MAXIMIANO FIGUEIREDO

Número:
308

Complemento:

Bairro:
CENTRO

Município:
JOAO PESSOA

CEP:
58013-470

Inscr. Estadual:
16.313.836-2

Situação Cadastral:
ATIVO

CNPJ/CPF:
29.960.500/0001-57

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão,** devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

CONCEDIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 159 DA LEI 10.094, DE 27/09/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · Data: 03/02/2022 FLS. 063

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Número da Certidão
2022/011698

Nº de Controle de Autenticação
475.569.476.492

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J./C.P.F.	Nome do Contribuinte				
29960500000157	DIVINA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD				
Endereço	Número	Apto/Sala	Bloco	Complemento	
AV MAXIMIANO FIGUEIREDO	00308			SALA 109	
Bairro	CEP	Cidade			UF
CENTRO	58013470	JOAO PESSOA			PB

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam em nome do requerente acima qualificado pendências relativas às receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa do Municipal.

INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE

MERCANTIS: 141816-5

IMOBILIÁRIAS:

OBSERVAÇÕES

Esta certidão é valida por 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 138, §1º, da Lei Complementar nº 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal).
A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.joaopessoa.pb.gov.br.
Certidão emitida gratuitamente em 03/02/2022 12:43:34

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 064
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

Proc. Dispensa Licitação: 001/2022
Objeto: Aquisição de moveis planejados para Câmara

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Diante a necessidade da Casa Legislativa Municipal em realizar as aquisições de móveis tipo planejados, se deu em virtude das necessidades de funcionamento do poder legislativo.

Surgiu a demanda de se fazer as respectivas aquisições, em observância a **PCA – Plano Anual de Contratação,** constatou-se que já existia um percentual estipulado no mesmo, sendo assim, partiu do setor competente a formalização do pleito. No entanto em ato contínuo a **PRETENSÃO CONTRATUAL,** foi exposta no Diário Oficial do Município e Sítio Eletrônico do respectivo ente realizador. Cumprindo o prazo mínimo prescrito no **Paragrafo Único do Art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.**

Em ato contínuo, foi escolhido o **PROPONENTE** que apresentou a melhor proposta dos outros que também manifestaram a pretensão em pactuar com a administração pública. Porém o escolhido foi o que apresentou os melhores valores mais vantajosos para a administração pública bem

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 065
CPL

como prazo de entrega, garantias que também fez parte do processo.

Outro ponto relevante foi a observância da documentação apresentada pela proponente, no qual estava apta para a celebração do instrumento contratual, uma vez que a regularidade fiscal e qualificação estavam comprovadas na documentação apresentada, ou seja, estava com plena qualificação técnica ao objeto pretendido e demonstrando total capacidade operacional.

JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS

Os preços apresentados, foram comparados com os dos outros proponentes participantes, ou seja, compatibilidade com os preços praticados de mercado, não existindo nenhuma majoração de valores. Sendo assim também levado em consideração apronta entrega e eficiência no atendimento, princípios norteadores da administração pública.

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 066
CPL

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

DESPACHO Nº 001/2022

Do: Agente de Contratação.
Para: Assessoria Jurídica

Assunto: Encaminha procedimentos da **Dispensa nº 001/2022**

Ilustríssimo Senhor Assessor.

Em atenção ao que preconiza a nova **Lei de Licitações nº 14.133/2021**, segue os autos administrativos dos procedimentos de contratação direta por dispensa de licitação, seguindo as peças do procedimento administrativo para a sua apreciação.

Sendo assim, sem mais para o momento, e na certeza de contar com vossa atenção em apreciar as devidas peças técnicas em apenso, aproveito a oportunidade para renovar votos de estima e mui elevada consideração.

Atenciosamente.

Cruz do Espírito Santo em 24 de fevereiro de 2022

JOÃO ALFREDO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 067
CPL - 04

PARECER JURIDICO: DISPENSA LICITAÇÃO DE Nº. 001/2022

Ementa: ANALISA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DA **LEI FEDERAL 14.133/21**.

Ao: Agente de Contratação

DA SINOPSE FÁTICA:

Trata-se a matéria sobra análise do processo administrativo de Dispensa de Licitação, tomando como base precisamente o **Art. 75 da Lei Federal 14.133/2023.** Tendo a pretensão de contratação de empresa para a confecção de móveis planejados destinado ao Poder Legislativo Mirim para atender as demandas administrativas.

DO MÉRITO DO PROCESSO DE DISPENSA.

Destarte após analisar minuciosamente o procedimento trazido a esta assessoria, é possível observar que todo o processo, transcorreu dentro das luzes que rege a lei federal supramencionada contendo os seguintes elementos básicos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão da escolha do contratado;
VII – justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 068

Dessa forma, é notório que os elementos básicos exigíveis na nova legislação, foram atendidos de forma transparente e cristalina, uma vez que o processo teve sua publicidade nos meios eletrônicos em conformidade com o que preconiza a Lei, e em atendimento a **PCA – Plano de Contratação Anual,** elaborado pelo setor competente do Poder Legislativo Municipal.

DA POSSIBILIDADE JURÍDICA.

Diante o exposto nos autos trazidos a baila, esta assessoria jurídica, opina pela possibilidade da realização do instrumento contratual por ter o procedimento sob análise ter atendido aos ditames da **Lei Federal 14.133/2021** na íntegra com total transparência e objetividade. Podendo o processo correr em ato contínuo nos tramites exigíveis pelo novo estatuto das licitações.

É o Parecer.

Salvo melhor juízo, é o que se entende.

Cruz do Espírito, 28 de fevereiro de 2022

Renato Santos de Melo
ADV. OAB-PB 25229
Tel. (83) 99802-3198

RENATO SANTOS DE MELO
Assessor Jurídico
OAB: 25229

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
Praça dos Três Poderes, s/n – Centro.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 069
CPL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório
Modalidade: Dispensa de Licitação n° 001/2022
Fundamentação: Art. 71, inciso IV da Lei 14.133/2021

A PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e da Lei n° 14.133/2021, na Ata da Sessão pública apresentada pelo agente de contratação, **RESOLVE**:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR, o resultado do Processo de Pretensão Contratual sobre4 a modalidade de Dispensa de Licitação **n° 001/2022 a Empresa: Divina Comercio de Moveis - CNPJ: 29.960.500/0001-57,** como ganhadora da melhor proposta apresentada nos termos do projeto básico nos seguintes itens:

Item 01 R$ 1.835,00 -- Item 02 R$ 1.358,00 -- Item 03 R$ 995,00 -- Item 04 R$ 670,00 -- Item 05 R$ 1.050,00 -- Item 06 R$ 850,00 -- Item 07 R$ 1.720,00 -- Item 08 R$ 790,00 -- Item 09 R$ 2.880,00 -- Item 10 R$ 310,00 -- Item 11 R$ 1.255,00 -- Item 12 R$ 1.830,00 -- Item 13 R$ 510,00 -- Item 14 R$ 780,00

Alçando o valor global de **R$ 49.578,00 (quarenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais)**.

Cruz do Espírito Santo (PB), 28 de fevereiro de 2022

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
PRESIDENTE

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO – PB.

Criado pela Lei nº 257 de 01 Novembro de 1974.

SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2022. ANO XLVII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 070
C.P.L.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 001/2022
Fundamentação: Art. 71, inciso IV da Lei 14.133/2021

A PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO - PB, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e da Lei nº 14.133/2021, na Ata da Sessão pública apresentada pelo agente de contratação, **RESOLVE**:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR, o resultado do Processo de Pretensão Contratual sobre4 a modalidade de Dispensa de Licitação **nº 001/2022 a Empresa: Divina Comercio de Moveis - CNPJ: 29.960.500/0001-57,** como ganhadora da melhor proposta apresentada nos termos do projeto básico nos seguintes itens:

Item 01 R$ 1.835,00 -- Item 02 R$ 1.358,00 -- Item 03 R$ 995,00 -- Item 04 R$ 670,00 -- Item 05 R$ 1.050,00 -- Item 06 R$ 850,00 -- Item 07 R$ 1.720,00 -- Item 08 R$ 790,00 -- Item 09 R$ 2.880,00 -- Item 10 R$ 310,00 -- Item 11 R$ 1.255,00 -- Item 12 R$ 1.830,00 -- Item 13 R$ 510,00 -- Item 14 R$ 780,00

Alçando o valor global de **R$ 49.578,00 (quarenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais)**.

Cruz do Espírito Santo (PB), 28 de fevereiro de 2022

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
PRESIDENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS 071

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

TERMO CONTRATUAL QUE CELEBRAM DE UM LADO A EMPRESA DIVINA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. E DO OUTRO A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo**, com sede á Praça dos Três Poderes, s/n. Centro, Cruz do Espirito Santo, inscrita no **CNPJ – 09.308.842/0001-80**, neste ato representada pela Presidente **MARIA DO SOCORRO GOUVEIA**, residente e domiciliado no sitio Massangana I, Zona Rural de Cruz do Espirito Santo doravante de nominada **CONTRATANTE**, e de outro a Empresa: **Divina Comercio de Moveis** com endereço a Rua Maximiano Figueiredo, 308, Centro, Cidade de João Pessoa - PB, inscrita no **CNPJ: 29.960.500/0001-57**, doravante denominado **CONTRATADA**, nas formas e condições abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Contratação de empresa para confecção dos móveis planejados para atender as demandas do poder legislativo municipal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA
Os móveis deverão atender a demanda de cada setor, sendo adaptado para cada necessidade, com medições e adequações necessárias para os trabalhos legislativos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA
Este instrumento decorre do Processo de **Dispensa de Licitação nº 001/2022** com fundamentação no que dispõe o **art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Pela execução dos serviços, a Câmara Municipal de Cruz do Espirito Santo pagará **mensalmente** ao **CONTRATADO** o valor global de **R$ 49.578,00 (Quarenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais).**

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA
Já estão inclusos nos preços os tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, remuneração, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros pertinentes ao objeto, seguro, lucro e demais despesas diretas e indiretas incidentes

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
FLS. 072
C.P.L.

sobre os mesmos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO

O Contrato poderá ser repactuado, visando à adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano, em conformidade com o que couber nos **arts. 124 a 136 da Lei Federal 14.133/2021**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Os reajustes serão efetuados com base em índices oficiais, qual seja o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**.

CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO DO PAGAMENTO

A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das documentações de regularidade fiscais

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do gestor/fiscal do contrato, conforme disposição legal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O valor correspondente será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em favor da contratada.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Sobre o valor faturado será retido na fonte o Imposto sobre serviços ISS.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses – de **24/02/2022** á **24/02/2023**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 05 (cinco) anos, nos termos do **art. 106 da Lei Federal 14.133/14.**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · FLS 073

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste instrumento contratual, deverão ocorrer com a função programática descrita abaixo;

01.010	Câmara Municipal
01.031.0001.2001	**Contratação de fornecimento de material de expediente.**
449052	Equipamento e Material Permanente

CLÁUSULA SETIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, as seguintes:

a) Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data prevista no Contrato;

b) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa;

c) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;

d) Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato;

e) Comunicar por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste Contrato;

f) Coordenar e supervisionar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais alocados no local de prestação do serviço.

g) Cumprir as normas e regulamentos internos da Câmara Municipal;

h) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

i) Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao Contrato;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, as seguintes:

a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da **CONTRATADA** às dependências dos prédios para os quais foram contratados os serviços, respeitadas as normas de segurança estabelecidas e aquelas contidas neste Contrato e em diplomas legais específicos;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
074
CPL

b) fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias à prestação dos serviços contratados e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do Contrato;

c) designar, em conformidade com o disposto no **art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021**, atualizada, um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato,

d) atestar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato;

e) efetuar o pagamento das Notas Fiscais ou Faturas nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato;

f) solicitar da **CONTRATADA**, quando for conveniente, a comprovação da qualificação técnica de seus profissionais em atividades relacionadas ao objeto deste Contrato;

g) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DO FORNECIMENTO

O Contratante exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução do contrato, mediante designação de fiscal para assegurar o cumprimento do contrato, com competência técnica compatível com as peculiaridades do contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A presença da Fiscalização durante a prestação dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou co-responsabilidade com a **CONTRATADA**, que responderá única e integralmente pela completa e perfeita entrega dos produtos, na forma da legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do FISCAL deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A fiscalização exercida pelo Fiscal de Contrato não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRAÇÃO

A **CONTRATADA**, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **não poderá** subcontratar o serviço objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Respeitado, no que couber, o amplo direito de defesa, o presente Contrato poderá

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO · CPL · Fls: 075

ser rescindido nas seguintes formas: I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração; II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e III – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do município de Cruz do Espirito Santo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro do Juízo da cidade de Cruz do Espirito Santo/PB competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, após haverem lido e concordado, as partes assinam o presente Contrato

Cruz do Esp. Santo 08 de março de 2022

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
Presidente

Divina Comercio de Moveis
Contratada

Testemunhas:

NOME:_____

CPF:_____

NOME:_____

CPF:_____

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CPL -
FLS. 076

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 09.308.842/0001-80
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N – CENTRO – CRUZ DO ESPÍRITO SANTO -PB

EXTRATO DE CONTRATO

Licitação: 002/2022
Contrato: 004/2022
Modalidade: Dispensa
Fundamentação: Art. 75 da Lei Federal 14.133/2021
Contratante: Câmara Municipal de Cruz do Espírito Santo
Contratada: Divina Comercio de Moveis
CNPJ/CPF: 29.960.500/0001-57
Objeto: Aquisição de Moveis Planejados
Vigência: 12 (12) Meses
Valor Contrato: R$ 49.578,00 (Quarenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais)
Dotação:

01.010	Câmara Municipal
01.031.0001.2001	Manutenção. Dos Serviços Legislativos
4490.52	Equipamento e material permanente

Cruz do Espírito Santo, 08 de março de 2022

MARIA DO SOCORRO GOUVEIA
PRESIDENTE